

As perspectivas da extensão universitária nos anos 90
Educação e alfabetização Metodologia em extensão
universitária

UFSC — Florianópolis, 06 a 09 de maio de 1 990

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os marcos referenciais teóricos resultantes dos trabalhos desenvolvidos nos três Fóruns de Pró-Reitores de Extensão se constituem em diretrizes para formulação de uma nova concepção de Universidade.

Ao longo desse período, reconhece-se que inúmeros avanços foram conquistados, tais como:

1. a afirmação de um novo *conceito de extensão*, entendido como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade;
2. maior institucionalização das atividades de extensão que, através de processos diferenciados, permite uma enriquecedora troca de experiência interinstitucional;
3. a criação de novos espaços de colaboração acadêmica via projetos e ações interdisciplinares.

Tais conquistas apontam para a necessidade de continuidade dos esforços empreendidos, tendo em vista a consolidação da trajetória percorrida. Neste sentido, impõe-se:

a) maior articulação entre as atividades-fins universitárias, privilegiando a institucionalização da extensão enquanto atuação permanente de programas e práticas de integração da pesquisa com o ensino, que não se esgota em sua regulamentação formal;

b) progressiva socialização do conhecimento, entendida como democratização da informação e apropriação do saber gerado e sistematizado pela universidade;

c) maior compromisso da universidade com a produção de um conhecimento científico para a busca de soluções dos problemas sociais do país em relação às demandas populares.

O cumprimento desses requisitos garantirá a real inserção da universidade na sociedade — um dos grandes desafios a serem vencidos durante a próxima década.

Com esta perspectiva, reivindica-se ao Ministério da Educação que:

I. Considere as deliberações dos 4 (quatro) Encontros de Pró-Reitores de Extensão como expressão legítima da comunidade acadêmica quanto à política de extensão, incluindo representação do Fórum nas comissões de estudos a serem criadas pelo Ministério para avaliação de tema e proposições de medidas atinentes à educação superior nacional.

II. Reconheça o valor e o papel da extensão universitária, institucionalizando na estrutura do Ministério, setor e recursos de apoio específicos.

UNIVERSIDADE: EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO

No cumprimento da sua função social, a Universidade Pública Brasileira vem demonstrando efetividade no trato da questão da alfabetização, através de pesquisas que abordam o fenômeno (linguagem) na formação de recursos humanos para educação, na formulação de políticas e estratégias de ação conjunta com a sociedade. Fruto desse esforço acumulado, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas entende que a alfabetização de crianças, jovens e adultos, insere-se nas contradições estruturais da sociedade brasileira e como tal, não pode ser objeto de campanhas e planos de curto prazo, uma vez que as análises e estudos disponíveis demonstram o fracasso destes procedimentos.

Esta afirmativa é confirmada ao longo dos últimos 30 anos pelas estatísticas oficiais que apontam o crescimento do analfabetismo no país.

Por tudo isso, a Universidade Pública Brasileira considera prioridade a recuperação imediata do sistema regular de educação do país como base para a superação dos problemas afetos à educação.

Neste sentido, a contribuição da Universidade Pública Brasileira para a alfabetização de crianças, jovens e adultos precede da consoli-

dação de sua *autonomia* gerenciamento de suas funções de Pesquisa, Ensino e Extensão, enquanto instância crítica e revitalizadora da sociedade.

Para a atuação no processo de alfabetização no Brasil a Universidade Pública Brasileira deve:

- 1 - estabelecer uma direção de trabalho comprometida para erradicar as *causas* do analfabetismo;
- 2 - insistir que os programas de fomento para erradicar as causas do analfabetismo sejam feitos nas Universidades Públicas através de programas institucionais;
- 3 - garantir que os projetos componentes dos programas de erradicação do analfabetismo, gerenciados pela Universidade Pública, sejam feitos com o envolvimento das instituições comunitárias responsáveis pela alfabetização;
- 4 - articular, nos programas de erradicação das causas do analfabetismo, a pesquisa e o ensino universitários;
- 5 - valorizar os cursos de licenciatura como requisito básico para a recuperação da qualidade e condições do trabalho docente, restaurando o prestígio e o crédito do magistério.

METODOLOGIA EM EXTENSÃO

O desafio de discutir metodologia em extensão coloca em aberto a própria visão e perspectiva que se tem não apenas do trabalho acadêmico, mas da Universidade, pois implica em concebê-la na sua relação dinâmica com a sociedade mais ampla à qual serve e da qual é produto. Este desafio implica numa opção ideológica definida em relação ao papel político e social que a Universidade deve cumprir e assumir perante os desafios históricos inerentes às diversas conjunturas que marcaram a trajetória da sociedade.

Neste sentido, a expressão metodológica da extensão resulta do exercício da autonomia da Universidade Pública através da gestão democrática e nos esforços para a socialização do conhecimento.

Desta forma, entende-se que a seleção das metodologias a serem aplicadas em programas/projetos de extensão, deverá ser orientada pelos seguintes princípios:

- a) explicação da Teoria que fundamente a prática;
 - b) afirmação de um compromisso filosófico e prático sustentado numa concepção de Universidade, claramente explicitada;
 - c) inserção na realidade social a partir das necessidades do conjunto da população e das perspectivas de mudança.
- Fundamentadas nestes princípios, as metodologias a serem utilizadas deverão privilegiar as seguintes diretrizes operacionais:
- a) adoção de uma atitude dialógica da universidade em sua relação com a sociedade;
 - b) planejamento participativo, envolvendo os vários segmentos da sociedade;
 - c) organização na forma de programas institucionais, articulando a pesquisa e o ensino e oportunizando espaço para o exercício interdisciplinar;
 - d) capacitação para o trabalho acadêmico, envolvendo o aprendizado de processos básicos para tornar o conhecimento existente acessível a todos.

MANIFESTO

Os Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, reunidos em Florianópolis (SC) no IV Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores, considerando a atual conjuntura política nacional, suas repercussões no setor educacional do país e, particularmente, nos destinos das universidades públicas, vem a público manifestar que:

- 1 - urge, por parte do Ministério da Educação, uma explicitação de suas intenções quanto à formulação de uma política para a educação pública superior do país;
- 2- qualquer projeto nesse sentido deve respeitar os princípios constitucionais de manutenção e consolidação do ensino público, gratuito e de qualidade, com garantia de orçamento real e adequado ao desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão;
- 3 - na formulação dessa política, devem ser considerados interesses e a participação de setores representativos da comunidade acadêmica, que amadureceu, ao longo das últimas décadas, propostas de melhoria da educação superior;

4 - a afirmação e efetivação da autonomia das Universidades não pode nem deve implicar num esvaziamento dos investimentos materiais (orçamentário e financeiro) conferidos pelo Estado para a educação superior pública, pelo contrário, no seu reforço e consolidação, resguardando-se o compromisso de manutenção desse patrimônio nacional, que é a Universidade Pública e sua melhoria de qualidade;

5 - é necessário o governo garantir recursos humanos e materiais para de fato se efetivar a interiorização das Universidades, conforme determinação do Art. 60 das Disposições Transitórias da recente Carta Constitucional;

6- o problema do analfabetismo no país, entendido como produto das contradições estruturais da sociedade brasileira, deve ser tratado nas suas causas, no cumprimento do preceito constitucional, de fortalecimento do sistema regular de educação básica pública e gratuita para crianças, jovens e adultos;

7 - os recursos públicos destinados à alfabetização sejam gerenciados, exclusivamente, pelas instituições públicas de educação;

8 - a necessidade de elaboração da LDB pelo processo de participação ativa dos setores organizados da sociedade brasileira interessados na defesa da educação pública e gratuita.

Reproduzido de:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.